

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Auditório Municipal do Crato, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal**
2. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, de **Aumento do Capital Social e Alteração dos Estatutos da Empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M, S.A.**
3. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contrato de Leasing – Aquisição de Quatro Veículos Elétricos – Autorização Prévia Para Assunção de Compromissos Plurianuais**
4. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, de **Designação do Fiscal Único da Empresa Intermunicipal Águas do Norte Alentejano, EIM, SA, nos termos da Lei 50/2012, 31 de agosto**

**Presenças:**

**Membros da Assembleia Municipal:**

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet (videoconferência), Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista (videoconferência), Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares (videoconferência), Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu (videoconferência), José Filipe da Conceição Carrilho (videoconferência), Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista (videoconferência), Eduarda Maria Subtil Pires (videoconferência), Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho (videoconferência) e José Camilo do Rosário Videira.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Isabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**

**ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**



(videoconferência), Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** (videoconferência) e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores, **João Manuel Ferreira Farinha**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** (videoconferência) e **Marco Paulo Janeiro Rosa** (videoconferência).

O senhor Vereador **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes** não esteve presente.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas dezassete horas e quarenta e nove minutos.

### **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida de 22 de dezembro de 2020 a 26 de fevereiro de 2021**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 5/2020 da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2020** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**.

Deu entrada na mesa uma **Recomendação** intitulada **“Suplemento por trabalho em situação de penosidade e insalubridade”** apresentada pelos **eleitos da CDU**.

Foi apresentado o **Relatório da Comissão de Estudo das Termas da Fadagosa de Monte da Pedra** eleita pela Assembleia Municipal, pelo eleito **Francisco João Belo Farinha**.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, registaram com muito agrado o trabalho apresentado, achando residir no mesmo uma percentagem elevadíssima de credibilidade e, por aquilo que foi colocado, é um trabalho sério, com um objetivo sério e com bases que permitem trabalhar, e uma das conclusões é que existe qualidade de água termal, levantando-se depois a questão da quantidade e da economia, considerando que existe outra parte bastante importante que é o impacto que daí advém a longo prazo, pois estamos numa situação terrível que é a perda de população.

Referiu que as Termas podem trazer vantagem, pois a duração da estadia dos utentes não é apenas de um fim de semana, são estadias de bastantes dias para os respetivos tratamentos.

Considera que o trabalho a realizar tem que ser feito sem pressas e com passos muito seguros financeiramente, recorrendo a parecerias, encontrando desta forma soluções equilibradas e sustentadas, tendo em conta o tecido urbano da freguesia, que até tem capacidade de alojamento, e por exemplo, recuperar um conjunto de edificado que está degradado, para servir também de alojamento local. Se tivesse de votar era com os dois braços!

Interveio o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, considerando que aquilo que era o compromisso desta Comissão, ficou refletido que o trabalho está concluído. Deixou uma palavra de agradecimento a todos os envolvidos e a forma como se empenharam, dando prossecução àquilo que era o objetivo, ressaltando aspetos bastante importantes nas conclusões.

Referiu que tudo aquilo que gira em volta das Termas tem uma série de encadeamentos legais necessários, e aquilo que encontrou quando tomou posse, foi um vazio total nessa matéria, não havendo qualquer tipo de apresentação de projeto nem relatórios anuais, que são obrigatórios. Apenas se garantiu a execução de análise às águas com a rotina que é obrigatória.

Considera que existe um trabalho muito grande para fazer em relação a esta questão, sugerindo uma pesquisa às dez melhores ofertas do País relativamente a Termas, referindo que nove são privadas e apenas uma é pública, ou seja, percebe-se imediatamente que o negócio das termas mudou, deixou de ser um negócio e um aproveitamento virado única e exclusivamente para o tratamento, e passou a incluir uma outra componente que é o bem-estar, muito vocacionado para uma exploração comercial, para a qual, normalmente, os municípios não estão muito vocacionados.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Considera que há que equacionar uma série de recomendações que vêm no relatório para se poder organizar melhor, havendo uma coisa fundamental que está neste documento que são os números, considerando que os mesmos estão muito bem estruturados em termos de conclusão económica mas, há que sondar o estudo de viabilidade económica e financeira de um negócio destes com um enfoque maior, pois há uma série de fatores como incremento financeiro, taxas de juro atuais, etc., que têm que ser aprofundados e, só depois tirar conclusões mais óbvias.

É vontade do município avançar com a pesquisa da água. Considera que estão as condições reunidas para iniciar o debate do futuro a dar àquele espaço, o PDM, delimitar a zona envolvente, sendo uma vontade do Presidente da Câmara de trabalhar em torno, eventualmente desta solução, concordando com a sugestão de se fazer uma análise mais ampla, mais envolvente ao nível da oferta, que uma situação destas pode trazer ao Município do Crato. Trata-se de uma obra arriscada, mas é mais uma daquelas obras que quer assumir, pois antevê-se como uma mais-valia para o Concelho e para a freguesia de Monte da Pedra.

Interveio o eleito **José Tribolet, do PSD**, agradecendo o trabalho da Comissão e na sequência das intervenções anteriores, considera que faz sentido tomar nota positiva deste recurso, deste património, que o Concelho tem, e da possibilidade de ser aproveitado, mesmo isoladamente, com uma exploração com o equilíbrio económico, fazendo sentido alargar nos próximos estudos que se fizerem, o aproveitamento deste recurso, mas num contexto sistémico mais lato, ou seja, como é que esta valência de haver águas termais pode ter uma sinergia positiva com outras valências que existem no Concelho do Crato.

Considera que não se deve ter em conta apenas uma estância de tratamento termal, mas também, como mais um elemento para uma atividade de conforto e de bem-estar, inserida noutras atividades onde famílias podem vir ao Concelho, deixando mais-valia significativa em várias atividades económicas do mesmo.

Neste sentido, considera que se devem discutir parcerias no contexto da exploração das termas, parcerias em termos de redes de atividades turísticas, agrícolas, com a natureza, etc., e pensando sistemicamente nisto, daria uma envolvência e um impacto económico muito mais significativo e relevante.

Em seguida, foi apresentado o **Relatório sobre o Covid-19** pela **Técnica de Contabilidade da Câmara Municipal, Sónia Carrilho** e pelo **Coordenador Municipal de Proteção Civil, João Marques**.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



A Presidente da **Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, referiu que o slogan da apresentação, “juntos somos e seremos sempre mais fortes” é bastante possante, e só assim se consegue combater a pandemia, se houver união na concertação de esforços, pois esta pandemia tem assolado todos de tal forma, que obviamente só se consegue ultrapassar se apostarmos na união.

Agradeceu aos técnicos, pela tecnicidade, pela objetividade e pela pertinência desta apresentação, pois faz todo o sentido que se possa ter um conhecimento em sede de Assembleia Municipal, relativamente à estratégia, uma estratégia que abrangeu vários domínios, agradecendo a todos aqueles que estiveram envolvidos na estratégia de combate à pandemia.

Considera que existe algo que estes slides não apresentam e que foi fundamental também na gestão da pandemia. Toda a concertação de esforços da Câmara com as várias entidades parceiras, mas sobretudo uma grande preocupação e uma grande proximidade aos munícipes.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, dizendo que a pandemia Covid-19, é sem dúvida, o tema que marca a vida do Município, do País, do mundo, e marcará a vida de todos para sempre. Tudo o que se tem passado neste último ano, que contrariou todas as regras da vida a que estávamos habituados, implicando a nível local, a grandes esforços, das instituições e do Poder Local, tornando-se necessário proceder a todo um conjunto de investimentos para poder socorrer todos os que precisaram de apoio.

Referiu que a Câmara Municipal, que liderou todo este processo, prestou apoio à população através da distribuição de equipamentos de proteção individual, prestou apoio ao ramo empresarial através de um apoio técnico para resolução dos problemas que esta situação lhes criou, prestou apoio ao comércio através de iniciativas que potenciaram receitas e finalmente o grande e indispensável apoio às IPSS's do Concelho através de distribuição de EPI's, semanalmente e desde a primeira hora que despoletou esta pandemia, fornecimento de equipamento de suporte médico através da oferta de desfibriladores, máscaras de oxigénio e oxímetros, os quais salvaram algumas vidas nas instituições.

Deu nota que, além deste apoio institucional, teve a oportunidade de acompanhar na IPSS da sua aldeia o que se lá passou, e foi-lhe transmitido a sensibilização com que ficaram com o envolvimento do Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, a qual deve ser realçada.

Referiu que a presença permanente do Presidente, juntamente com o Coordenador Municipal de Proteção Civil, foi fundamental para o ânimo e a esperança de todos aqueles que trabalham na instituição, no

combate à pandemia, ressaltando também, o apoio dado pela Segurança Social na pessoa da sua Diretora, Sandra Cardoso, que fez chegar a Vale do Peso, equipas de trabalho, pois já não havia trabalhadores suficientes para garantir os serviços mínimos.

Foi complementado também todo este apoio, através da testagem em massa à população, pois desde o final de outubro já foram feitos cerca de quatro mil testes, o que contribui também para o sucesso desta situação. Foram criados cinco centros de retaguarda, os quais, felizmente não foram necessários, mas estávamos preparados para enfrentar situações extremas e, apesar do concelho ter estado na cor vermelha a nível nacional, o trabalho feito no combate a este problema foi de louvar e, neste momento existem apenas três casos ativos, apenas 1% do total de casos que existiram.

Salientou a importância do Poder Local e do seu trabalho de apoio às situações que acontecem no terreno, sabendo em pormenor os problemas existentes na população e, em nome do grupo do Partido Socialista, regozijou-se por esse facto e felicitou a Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente, por todo o empenho, todo o trabalho que ajudou a desenvolver no combate à pandemia Covid-19. A sobrevivência das IPSS estaria em perigo. Isto veio salientar a importância do poder local junto das populações.

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, que agradeceu a exposição feita e da mesma ressalva algumas questões, nomeadamente a importância do papel que as autarquias e os seus trabalhadores tiveram, nesta e noutras situações.

Manifestou em nome do grupo da CDU, o mais profundo reconhecimento, por aquilo que foi e está a ser feito pelo Município do Crato e seus trabalhadores, bem como pelas Forças de Segurança Pública, pelos Bombeiros, pela Proteção Civil e pela área da Saúde, relativamente ao combate da pandemia, considerando que é o momento para refletir, reorganizar e continuar a atuar para salvaguardar uma fase pior.

Referiu que, depois da pandemia passar, o Poder Local tem direito que lhe sejam disponibilizados os recursos financeiros e a parte económica e técnica, que competia na área da saúde, ter sido desempenhada pela Administração Central, e é necessário saber no que é que estes Municípios irão ser ressarcidos.

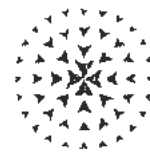
Interveio o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dizendo que a apresentação que foi feita dá uma imagem em termos de números, conforme foi solicitado nesta Assembleia Municipal.

Referiu que continua a trabalhar afincadamente relativamente a tudo aquilo que foi aqui demonstrado, mormente no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's às IPSS's, a testagem às escolas,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Forças de Segurança, Bombeiros, algumas pessoas da comunidade, trabalhadores do Município, sendo com este sentido que continua a querer fazer esse trabalho.

Referiu que a Presidente da Assembleia, que também é Diretora da Segurança Social distrital, fez uma cara um pouco estranha quando lhe dirigiram a palavra nesta Assembleia, e lhe agradeceram pelo trabalho que fez nesta pandemia, dizendo que percebe, pois num País com o escrutínio que se vive muitas das vezes as pessoas não conseguem entender a diferença que existe nas coisas e, é de facto neste momento que deve ser dito “obrigado”, e agradecer o trabalho que fez ao nível distrital, na envolvência que teve na proteção das populações que estão dentro das IPSS’s, no reforço e no trabalho dinâmico que fez com os Municípios, com a Proteção Civil, com a Saúde, com todas as entidades que estiveram envolvidas no combate desta pandemia, deixando pessoalmente a sua gratidão à Dr.ª Sandra Cardoso.

Agradeceu também a todos os trabalhadores do Município, ao grupo de trabalho que o acompanhou sempre, ao seu Gabinete de Apoio que também soube colmatar a sua presença quando tinha outros compromissos e que estava ausente do Crato, referindo que esta união demonstrada foi bastante importante.

Agradeceu também aos senhores Presidente de Junta de Freguesia, que articularam com o Presidente da Câmara e a Proteção Civil as suas funções, e todas as pessoas que foram infetadas com Covid-19 no concelho, tiveram sempre uma palavra de apoio, tiveram sempre os serviços fundamentais necessários para a sua tranquilidade, sentindo-se sempre acompanhados, pois isto numa situação de isolamento é extremamente importante.

Fez referência ao bom trabalho de todos os envolvidos no combate à pandemia, para que fosse o menos penoso possível, deixando uma palavra de homenagem a todas as pessoas que partiram e às suas famílias.

Disse que não se pode parar e, neste sentido, já foi criado um centro de vacinação em conjunto com a Saúde, para servir todo o concelho do Crato, bem como a articulação do transporte das pessoas.

Esclareceu ter sido uma decisão da Proteção Civil e da Saúde, para que assim o fizessem e garantiu que estariam presentes para articular com todos. Expôs que algumas das medidas que implementaram, de apoio e de estímulo, no combate à COVID 19 e às famílias, iriam ser colocadas à Câmara Municipal para renovação, já nos próximos dias. Destacou o ajuste de rendas, a isenção do pagamento de tarifas fixas na

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



água, os programas de apoio ao emprego, os programas de rastreio e a distribuição de EPI's, assim como a isenção de taxas urbanísticas.

Afirmou que todas estas medidas fariam parte de um documento a apresentar na próxima reunião de Câmara, mas destacou o estímulo às empresas com a criação de um Fundo de Emergência de Apoio Municipal e de Resiliência no valor de 100 mil euros. Mencionou que este Fundo teria possivelmente a necessidade de uma Assembleia Municipal Extraordinária para a votação do mesmo e para a revisão que seria necessária fazer ao Orçamento.

O senhor **Presidente da Câmara**, manifestou ser este o trabalho que vinha a ser feito em conjunto, sem demagogias e sem populismos através destas medidas. Recordou que muitas vezes surgia a contra informação e as "fake news" (notícias falsas, boatos), mas o que sentia de todos os eleitos e de toda a população, era o apreço sobre a maneira como tratavam a pandemia COVID19 no Concelho. Garantiu estar sempre disponível para ouvir algumas sugestões, assim como manter-se muito focado no trabalho que tinham para fazer. Reforçou a palavra de gratidão a todos os que o ajudavam nesta tarefa tão difícil e neste desafio que estaria fora dos maiores pesadelos que qualquer um poderia ter.

Completo que, à partida, sabia que a tarefa de Presidente de Câmara era muito exigente, mas afirmou nunca ter pensado encontrar este nível de exigência com uma pandemia durante o seu mandato. Agradeceu novamente e solicitou que todos se mantivessem firmes e unidos relativamente a esta questão.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, felicitando a Câmara Municipal do Crato como parceira das IPSS's. Destacou o apoio prestado à Santa Casa da Misericórdia de Gáfete e ao Lar de Nossa Senhora da Luz em Vale do Peso, durante os surtos de COVID19 que aconteceram nas duas Instituições. Expôs que este apoio não surgiu apenas durante os surtos, mas sim desde o início da segunda vaga, momento em que o executivo percebeu ser essencial intervir. Sublinhou a coragem que o senhor Presidente da Câmara, assim como o seu Executivo, tiveram em assumira despesa para ajudar estas Instituições e todas as outras Entidades que trabalharam em prol da não propagação dos surtos nos lares e na comunidade.

Acrescentou que a Câmara Municipal, como parceira destas Instituições, tinha sido essencial para o acompanhamento de todos os Munícipes que estiveram infetados e em isolamento. Afirmou nunca antes ter existido uma proximidade tão grande entre um Presidente de Câmara e os seus Munícipes, sublinhando



que o trabalho feito pelo Presidente da Câmara, em conjunto com o coordenador da Proteção Civil e outras entidades já referidas era de louvar. Recordou que aquilo que tinha acontecido no Concelho do Crato, tinha acontecido em todo o país. Completou que enquanto Presidente da Junta de Gáfete recebeu vários testemunhos sobre o reconhecimento local e regional, relativamente ao trabalho exemplar feito para controlar a pandemia no nosso Concelho.

Mencionou também o facto de a Câmara Municipal como parceira das IPSS's ter disponibilizado a todas elas os EPI's e frisou que caso isto não tivesse acontecido, teriam de ser as próprias IPSS's a suportar esta despesa. Lembrou que no ano de 2020 tinha sido retomada a atribuição do subsídio às IPSS's, suspenso durante alguns anos sem se saber porquê.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, completou as suas declarações, deixando uma palavra muito especial aos Órgãos Sociais destas Instituições, assim como aos seus funcionários e colaboradores que trabalharam intensamente em prol do acompanhamento e do auxílio de todos os utentes. Acrescentou o facto de o Município do Crato ter sido pioneiro na divulgação do Boletim Epidemiológico de uma forma transparente, publicando diariamente o número real de casos existentes, de recuperados e de óbitos, por cada freguesia do Concelho.

Terminou com o apelo à articulação e sintonia necessária entre todos, para ultrapassarem esta fase. Manifestou, tal como o membro Fernando Carmosino assim o tinha referido, que seria bom, que o Governo Central tivesse em conta os custos que os Municípios como o nosso, tiveram para auxiliar as suas populações.

Entretanto, foi apresentado um o **Relatório Final da Campanha "Por tudo e por todos compre no comércio local"** pelos técnicos da Câmara Municipal, **Alexandre Trindade e António Ferreira**.

Interveio o eleito **Filipe Abreu, do PS**, cumprimentando todos os presentes e declarou dar enorme relevo a estes fundos, porque como proprietário de um estabelecimento comercial, podia comprovar a diferença no número de clientes que surgiram no seu comércio. Esclareceu que por viver na freguesia de Gáfete e esta ser fronteira com outro Concelho, aumentou muito o número de clientes de Alpalhão e Tolosa, que derivado a este incentivo, se deslocaram ao seu estabelecimento, na expectativa de lhes sair um prémio. Completou que



estas iniciativas não eram apenas um incentivo para o nosso Concelho, mas eram também um convite para que pessoas de outros Concelhos se deslocassem para fazer compras no nosso comércio local. Agradeceu à Câmara Municipal do Crato pela iniciativa, sugerindo que continuasse, porque era uma mais-valia para o Concelho.

## PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

### 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que ao contrário de outras situações que por vezes se tinham repetido na Assembleia, seria uma **deselegância** que se repetisse o que estava nos documentos. Sublinhou que lendo atentamente a Prestação de Contas, na atividade desenvolvida pela Câmara, pretendia colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Manifestou pensar que na atividade da Câmara, existiam atividades em estruturas onde participava o Município do Crato, que seria de bom-tom e a pouco e pouco, que o senhor Presidente prestasse informação sobre as mesmas.

Esclareceu estar a referir-se ao facto de estar a terminar o contrato com a EDP sobre o fornecimento de baixa tensão. Acrescentou que a maioria das autarquias locais e não apenas a do Crato, iria ter de renegociar o protocolo existente. Lembrou que no momento o mercado era livre, havendo um protocolo que comportava iluminação pública e não só. Questionou o que estava a Câmara Municipal e também a CIMAA a equacionar, visto estar a terminar o protocolo, frisando que um contrato de fornecimento de energia teria neste momento, outros contornos e afirmando que a renda não seria a mesma.

Completo que as contrapartidas teriam de ser vistas e que esta situação não era para amanhã, mas sim para ontem, independentemente de o Governo ir protelar a data, conforme informação que detinha. Questionou também sobre o que pensavam em relação aos desenvolvimentos. Destacou que o Programa de Resiliência e Recuperação que estava em discussão pública e olhando para o que nele estava publicado, para o distrito era curto e colocava já neste ponto a Barragem do Pisão.

Lembrou que a Barragem já esteve anunciada diversas vezes nos Orçamentos de Estado e que esses anúncios não deram em nada, mas registavam com agrado o aparecimento neste Programa Nacional que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



se encontrava em debate, a inscrição da Barragem do Pisão. Destacou a importância que a construção desta Barragem estava a ter a nível regional e até nacional e argumentou que o Governo tinha de encarar esta nova realidade, porque a importância deste empreendimento tinha deixado de ser apenas local. Mencionou que na semana anterior, o Governo tinha pedido aos Municípios que entrassem com mais mil e quinhentos euros para um programa de promoção da Barragem.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, afirmou que as Câmaras já tinham dado muito e perguntou quando se chegava à frente a denominada Associação de Agricultores que iria beneficiar da Barragem, assim como o Ministério que tutelava a Energia e o da Agricultura, expondo que isto tinha de ter um fim. Expressou que o fim seria a criação de uma estrutura semelhante à existente no Alqueva para gerir o complexo. Chamou a atenção para o facto de que uma montagem desta natureza, não podia ser criada quando o paredão terminasse, mas sim muito antes.

Declarou que ter estas informações não era nenhum privilégio, nem que alguém andasse a “bufar” para ele, mas sim pelo desempenho e pelas responsabilidades que tinha. Destacou que os seus colegas, Presidentes de Câmara, não tinham nenhum segredo e em sede própria do seu partido discutiam estas questões e eram informados. Manifestou que em sede de Assembleia Municipal e para salvaguardar a situação do próprio Presidente e do Município, era bom que os eleitos fossem tendo esta informação.

Sublinhou que devidamente esclarecidos corriam dois riscos, o positivo era defender o que devia ser defendido e o negativo era dizer e escrever baboseiras nas redes sociais sobre este equipamento. Completou as suas declarações, expressando estar de acordo com a informação dada, relativa aos edifícios e frisou o esforço e as várias frentes abertas pela Câmara. Mencionou que quando começavam a discutir os problemas, estes eram imensos e com facilidade baralhavam o que era prioritário.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, afirmou que o prioritário, era a decisão do Presidente da Câmara e do Executivo, mas chamou a atenção sobre questões e programas para a reabilitação, quando o Crato tinha um bairro social que carecia de uma profunda remodelação, de modo a mostrarem como acudiam em situações que já não eram dignas para se viver. Disse calcular que possivelmente estariam a pensar na possibilidade de aumentar o parque, havendo desse modo realojamentos faseados, mas enquanto isso não se verificasse existiam certas intervenções que tinham de ser feitas, independentemente da condição social e com base no agregado familiar, onde até existiam crianças.

Terminou as suas declarações dizendo esperar que estes relatórios pudessem acompanhar a minuta da ata, porque estando na posse dessa informação, podiam contribuir naquele local com as próprias opiniões, votar e aprovar, havendo a celeridade necessária e cumprindo os desígnios para os quais foram eleitos.

Tomou a palavra o eleito **Miguel Batista, do PS**, deixando uma nota de grande apreço e consideração aos quinhentos anos que a Santa Casa da Misericórdia do Crato fez, aos cem anos do Partido Comunista Português, que bastante falta faz à democracia, aos cem anos do Núcleo Progresso de Vale do Peso e aos cinquenta anos do jornal "A Mensagem".

Relativamente à atividade da Câmara Municipal resumiu-a em competência e equipa, referindo que neste mandato foram criados gabinetes de planeamento, foi dada vitalidade aos gabinetes técnicos existentes munindo-os de arquitetos, engenheiro, havendo projetos como nunca se viu outrora.

Referiu que é um mandato de trabalho, com projetos, inclusivamente começa a ser visível o andamento dos trabalhos da Barragem do Pisão, o projeto da reabilitação da Praça do Município, a reabilitação do Edifício da Varanda do Grão-Prior, o edifício da Paróquia, as obras de reclassificação do espaço das casas pré-fabricadas do Crato, o projeto das Oficinas Municipais, a eficiência energética, o Centro de Recolha Animal, o Parque de Caravanismo, a Casa Mortuária e Cemitério do Crato, a Torre Sineira, o Centro de Saúde que já está ao serviço da população, as melhorias nas condições de trabalho dos trabalhadores do Município do Crato, fornecimento de equipamento e vestuário digno para o seu trabalho, reformulação da frota municipal e a boa gestão da Pandemia.

Deu bastante relevância ao pacifismo, ao clima de paz vigente neste mandato e felizmente, o Município do Crato nunca mais foi motivo de chacota pelas reuniões de Câmara e Assembleias Municipais que existiam anteriormente, pois as reuniões destes dois órgãos são feitas, neste mandato, com grande elevação, relevando também as outras forças partidárias, destacando a CDU com a sua postura proativa.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dizendo que o balanço da Campanha de Apoio ao Comércio Local estava à vista, com cerca de meio milhão de euros de movimentação financeira, concluindo ser extremamente agradável, aquilo que tinha sido feito. Manifestou ter sido uma iniciativa arrojada, aquela que se propuseram a fazer, mas achava que o balanço era muito positivo. Expôs que devíamos ser críticos de nós próprios, mas destacou que aquilo que tinham feito, foi sem dúvida alguma, pelos números apresentados, uma iniciativa muito, muito positiva.



Declarou querer deixar uma palavra de apreço à equipa do Gabinete de Apoio às Empresas e ao Empreendedorismo pelo trabalho que fizeram, mas não podia esquecer todos os outros, salientando o pessoal da Comunicação, da Informática, que em conjunto fizeram com que esta iniciativa fosse um sucesso. Afirmou que neste projeto tinha sentido a envolvimento de todos, bastando alguém solicitar uma ajuda para alguma coisa, para que a mesma aparecesse feita.

Completo garantiu que quando era deste modo, as coisas resultavam e pelo que ouvia de todos os envolvidos, podia afirmar ter sido muito positivo. Concluiu parabenizando todos pelo trabalho realizado e agradecendo o empenho de cada um. Destacou a envolvimento relativa à atividade municipal e o trabalho extraordinária que vinham a fazer ao nível do planeamento, ao nível do trabalho das equipas técnicas relativamente a projetos e a submissão de candidaturas.

Fez a comparação a quando da chegada ao Município, terem duas obras a decorrer e não terem mais nenhuma candidatura submetida. Afirmou que neste momento tinham mais de vinte candidaturas apresentadas, cerca de trinta submetidas e sensivelmente, vinte aprovadas. Sublinhou que tal como já o tinha referido, isto significava um valor de quase 5 milhões de euros de investimento nos próximos anos no Concelho do Crato e que direta ou indiretamente, muita gente iria beneficiar de tudo isto, especialmente a população em geral.

Deu nota da abertura do novo Centro de Saúde e não da sua inauguração, querendo deixar esta diferença bem esclarecida, porque viu alguma insatisfação de algumas pessoas, incluindo alguns dos presentes. Sublinhou não ter sido uma inauguração, mas sim uma abertura, esclarecendo não ter havido convites e esperando haver condições para fazer uma inauguração onde todos pudessem estar presentes.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, afirmou não ter sido da sua responsabilidade a presença das pessoas que se encontraram na abertura do Centro de Saúde. Manifestou esperar haver com toda a certeza um momento para estarem todos juntos, talvez ainda com os devidos distanciamentos, mas que pudessem desfrutar todos do momento de algo marcante ao nível dos cuidados de saúde e das condições de trabalhos dos profissionais que ali desempenhavam as suas funções.

Mencionou a nova extensão de saúde de Gáfete e a requalificação das restantes extensões de saúde, com pequenas obras de beneficiação que continuavam a ter a intenção de realizar. Garantiu que não trabalhavam com a visão de um único mandato, que não trabalhava para inaugurar obras em agosto e



setembro, garantindo não ser esse o seu foco. Aludiu trabalhar com o foco da continuidade, com o dever de realizar e de aproveitar as oportunidades. Expôs que as pessoas depois decidiam quem continuava as obras e quem as mantinha, não estando minimamente preocupado com essa questão, mas sim com a competência, com a força de trabalho necessária para aproveitarem todas as oportunidades para o concelho do Crato, para o Distrito de Portalegre, para a região Alentejo, para o interior e para o país.

Sobre as questões que lhe foram colocadas diretamente, fez saber que relativamente à EDP, o que tinha acontecido era estar a ser feito um trabalho com a CIMAA, nomeadamente com a AREANATEJO, para decidirem qual a melhor opção para os 15 Concelhos do Alto Alentejo. Informou haverem três hipóteses em cima da mesa, haver também uma grande confusão sobre o mapa que lhes era apresentado relativamente à região e às opções às quais poderiam ficar ligados. Sublinhou que seria muito prejudicial se ficassem única e exclusivamente ligados ao nosso território ou ao interior, por causa da baixa densidade populacional, assim como também pelo nível de consumo.

Transmitiu estarem a trabalhar para a possibilidade de ficarmos interligados com uma região do país onde existisse uma maior densidade populacional, para podermos de alguma forma beneficiar disso e existir um equilíbrio nos valores financeiros a arrecadar e na renda que poderiam vir a ter. Informou que este concurso estaria adiado para 2022 ou 2023, que estaria em equação um novo mapa de integração das regiões e dos respetivos equilíbrios. Referiu que no norte do país havia uma grande resistência da Área Metropolitana do Porto em aceitar que outras regiões pudessem entrar dentro da referida área. Completou que estas realidades eram uma preocupação muito grande para as autarquias, havendo até um trabalho já feito na Área Metropolitana do Porto para lançar o concurso o mais rapidamente possível. Frisou que esta preocupação das autarquias já tinha sido passada para o Secretário de Estado da Energia, assim como para o Ministro competente para a área e para a Direção Geral de Energia.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, deu conhecimento de ter acompanhado uma dessas reuniões na Direção Geral de Energia e na Secretaria de Estado competente para o efeito, esperando que pudessem ter um mapa, assim como as condições para que esse concurso fosse feito. Destacou que ao nível da concorrência e com as regras colocadas pela União Europeia, também ficavam muito limitados na própria operação. Lembrou de haver uma proposta de renovar e continuar o antigo contrato, mas havia dúvidas que para a Comunidade Europeia isso fosse aceitável e que pudessem manter o contrato que tinham anteriormente.



Manifestou que a importância desta preocupação era semelhante à preocupação que deveriam ter com a questão das comunicações, mais propriamente o tão falado 5G. Frisou que a CIMAA devia ter uma palavra a dizer sobre esta questão. Devia analisar muito bem a rede que tínhamos nos Concelhos e no Distrito de Portalegre e de que forma podíamos estar posicionados para beneficiar da instalação desta nova tecnologia ao nível da distribuição de capacidade de sinal de dados. Completou que para si próprio era uma grande preocupação, porque a capacidade de transmissão de dados era cada vez mais o futuro. Explicou que o acesso à transmissão de dados, aumentando a capacidade da nossa região, era uma forma de atrair pessoas em teletrabalho, pessoas em empresas que tinham uma outra visão do trabalho.

Afirmou que podíamos estar na linha da frente dessa matéria. Sobre o PRR, disse achar que nos devíamos congratular com o facto de o Governo português ter entendido que o denominado aproveitamento hidráulico fins múltiplos do Crato/ Barragem do Pisão, devia estar contemplado neste PRR e que não se esgotava dessa forma. Manifestou que mesmo naquilo que não tinha projeto concreto, teriam depois os Municípios a capacidade de se poderem candidatar a outros apoios. Deu ênfase à área social, às estradas, à saúde e à transição digital. Completou que esta designada bazuca, poderia dar algum animo a esta crise que se adivinhava em termos económicos e que afetaria logo, as regiões mais débeis e com economias mais fracas.

Afirmou ser um projeto (Aproveitamento Hidráulico Fins Múltiplos do Crato/ Barragem do Pisão) que tinha como promotor a CIMAA, visto assim ter sido decidido pelos Ministérios, sendo óbvia a existência de um trabalho muito grande que havia para fazer. Sublinhou que também teria de ser criada uma estrutura que desse depois apoio técnico de continuidade relativamente ao trabalho que havia para fazer. Destacou que caso a opção fosse a entrega a um Ministério para este ser o promotor do empreendimento, era óbvio, que muito do ganho da implementação do mesmo iria deixar de estar centralizado na região. Frisou que caso isto acontecesse, a luta que se teve, o trabalho enorme na continuidade para que a CIMAA fosse o promotor, seria na ilusão, na tentativa e na vontade, de que todo esse ganho indireto ou direto, ficasse na região.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, expressou que este projeto era muito mais do que uma barragem, expressou que este projeto tinha muita tecnologia e que estavam a incrementar ainda mais possibilidades de tecnologias na questão da gestão do regadio e na questão do controle da utilização de pesticidas e herbicidas. Afirmou que todas estas questões os preocupavam, não esquecendo a divisão do terreno para que não houvessem grandes espaços e para que fosse promovida a agricultura intensiva e



super intensiva, havendo sim um controlo ambiental. Reafirmou que todas estas questões eram uma preocupação nesse projeto e que só assim o mesmo podia ser incluído num plano desta natureza. Alertou para o facto do PRR estar neste momento em consulta pública, sendo depois aprovado na União Europeia e a intensão era que Portugal fosse um dos primeiros países a ter tudo pronto para ser efetivado.

Assegurou que este PRR, não se esgotava apenas neste projeto para a nossa região, mas era necessária a capacidade de termos projetos com maturidade que pudéssemos submeter a este financiamento e que tivéssemos capacidade para os executar até meados de 2025. Lembrou que a forma como a verba iria ser disponibilizada também seria desafiante, porque teria metas e objetivos muito bem traçados, que quando não cumpridos, deixava de haver financiamento, assim como deixava de haver forma em como avançar com o projeto. Informou que o plano de promoção para a Barragem do Pisão realizado pela CIMAA, não era mais nem menos, do que um financiamento que foi conseguido pelos Gabinetes de Apoio Local que submeteram uma candidatura aprovada no valor de 200 mil euros.

Garantiu não ser apenas um plano de promoção para o Pisão, o que era importante, mas servir também para explicar às pessoas o que ia acontecer aos seus terrenos, o que ia acontecer às suas casas, que entidades iam estar envolvidas em todo este processo, como podiam aceder aos direitos que iriam ter relativamente ao realojamento, como iria ser faseada a obra, que mecanismos de proteção /controlo iriam existir, que compensação ambiental iria existir. Completou que tudo isto eram coisas importantes, que num bolo de 200 mil euros significava cerca de 70/80 mil em investimento nesta matéria. Expôs a importância da existência de comunicação de modo a que as pessoas fossem detentoras do que vai acontecer com a transformação que este projeto pode trazer. Recordou a existência de três estudos inerentes a este financiamento, um dos quais relativo às novas culturas que podem ser implementadas neste regadio, outro, relativo à utilização da água e que novos mecanismos de controle e de incremento na gestão da água podem existir neste empreendimento. Afirmou serem uma serie de situações importantes e não lhe parecia, que os 20 mil euros pedidos aos Municípios como compensação, não fossem uteis para este desenvolvimento.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, revelou que caso assim não fosse, teriam aqui interpretações de que o motivo que impulsionou esta nova batalha para a Barragem do Pisão, não fazia sentido. Recordou todos terem aceite que este era um projeto fundamental para o Alto Alentejo, todos tinham aceite que cada Município devia participar para que o mesmo se tornasse realidade. Completou não lhe parecer a ele que cerca de 20 mil euros divididos por 15, fosse motivo para este tipo de questão que





colocaram. Afirmou concordar totalmente que haveria outras entidades, em vez dos Municípios, que deviam ser chamadas.

Disse ainda que relativamente àquilo que é o planeamento e investimento do PRR, está previsto uma verba de reembolso aos Municípios pelo valor já investido, desejando que o mesmo seja aprovado e concretizado e contem um valor de cerca de um milhão e trezentos mil euros de reembolso de todas as despesas que foram feitas pelos Municípios e por outras entidades relativamente a este projeto.

Informou que o Município está muito próximo de adjudicar os estudos e projetos de execução do Empreendimento da Barragem do Pisão, sendo uma série de trabalhos no valor de quase um milhão de euros, que vai permitir que a CIMAA fique com essa documentação toda e também com a documentação que habilitará à abertura de concurso público para a obra, estudo de impacto ambiental e tudo aquilo que é obrigatório por Lei, para que este projeto se possa tornar uma realidade, e continua a sentir que existe uma vontade muito grande de todos, para que esta obra se concretize.

Tenta manter alguma tranquilidade, profissionalismo e dedicação neste projeto, pois tem questões muito sensíveis e algumas bastante difíceis de justificar e apela à paciência de todos, dando crédito ao Presidente da Câmara, tal como têm dado até aqui para que este assunto seja trabalhado com toda a seriedade que merece.

No que diz respeito à habitação social, assumiu que no Município do Crato esta questão não está convenientemente satisfatória. Foi feito um trabalho de desenvolvimento de uma candidatura que visava a eficiência energética com o objetivo depois de se conseguir todos os outros problemas. Foi informado que se devia avaliar e aplicar uma espécie de uns “curativos” rápidos a algumas situações e tem passado sempre para segundo plano, mas talvez deveria ter sido mais proativo nalgumas situações.

Há cerca de quase um ano, apercebeu-se que todas as candidaturas que se possam fazer ao nível da habitação social, ao nível da habitação jovem ou ao nível da criação de habitação no Concelho do Crato, vão obedecer a uma coisa que se chama Plano Local de Habitação, e vão existir muitas candidatura que vão estar bloqueadas para os Municípios que não tenham este plano concretizado, estando o Município do Crato numa fase de mais de 50% de o concretizar.

Disse que é através deste mecanismo e desta identificação de prioridades que são aprovadas as candidaturas, esperando que na assembleia de abril já possa trazer algo mais concreto relativamente a este

assunto bem como relativamente à reabilitação dos centros históricos e das casas devolutas, um programa municipal específico com um contrato que permitirá que essas casas passem temporariamente para a posse do Município, no sentido de serem reabilitadas, e depois, ao longo dos anos, possam voltar aos proprietários, tendo desta forma a malha urbana reabilitada e atrativa.

**2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de Aumento do Capital Social e Alteração dos Estatutos da Empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A.**

**Considerandos:**

1. A deliberação n.º 41 da minuta da ata n. 4/2021, de 17 de fevereiro da Câmara Municipal que, nos seus termos, a Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A., é uma pessoa coletiva de direito privado, adotando a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza intermunicipal, nos termos do artigo 19.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;
2. Que a Câmara Municipal do Crato, através da deliberação n.º 153, inserta na Ata n.º 12/2020, de 8 de junho, deliberou sobre a participação do Município no capital social da empresa no valor de € 1.402.383 (um milhão, quatrocentos e dois mil, trezentos e oitenta e três euros), equivalente a 8,1735%, do capital social da empresa, tendo, posteriormente, sido apreciada e aprovada pela Assembleia Municipal essa participação através da deliberação n.º 11, inserta na Ata n.º 2/2020, de 9 de junho;
3. Que tendo sido finalizado o processo de constituição, a Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A. encontra-se a operar, ainda que numa fase inicial, a chamada "fase de transição", tendo sido recebido o officio de referência supra, nos termos do qual se informa que foi presente à reunião Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2020, uma proposta para alteração do capital social, conforme previsto no seu Plano e Orçamento para 2021;
4. Que a proposta aprovada vai colocar a deliberação da assembleia geral um aumento do capital social, dos atuais € 17.157.598,00 para € 17.751.598,00, no montante aumentado de € 594.000,00,

determinando-se a criação de 594.000 (quinhentos e noventa e quatro mil) de novas ações, com igual valor nominal de um euro cada, a realizar na proporção das atuais participações dos Municípios;

5. Que o Município do Crato irá manter a percentagem de 8,1735% no capital social da empresa, sendo o capital a subscrever neste aumento no montante de € 48.551,00, correspondente a 48.551 ações;
6. Que nos termos da deliberação, propõe-se que este aumento de capital seja efetuado por entradas em dinheiro, com diferimento da sua realização na referida percentagem de 70% (setenta por cento), da seguinte forma: 30,00% (trinta por cento) na data da realização da escritura pública de aumento do capital social, 20,00% (vinte por cento) em maio de 2021, 25% (vinte e cinco por cento) em agosto de 2021 e os restantes 25,00% (vinte e cinco por cento) em novembro de 2021;
7. Que nos termos constantes dos documentos recebidos, este aumento de capital fundamenta-se na sua previsão no Plano e Orçamento para 2021, que no ponto 4.2, "Necessidades de financiamento e encargos financeiros", prevê o reforço do Capital Social, no montante de € 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil euros), com vista ao financiamento das despesas correntes no período de transição que irá decorrer até 31/12/2021;
8. Que foi ainda aprovada a proposta de alteração aos estatutos, mais concretamente ao artigo 4.º, que passa a ter a seguinte redação:

*"Artigo 4.º*

*Capital social*

*1 – O capital social da "Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A." é de DEZASSETE MILHÕES, SETECENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E OITO EUROS.*

*2 – O capital social é representado por dezassete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e oito ações nominativas, com o valor de um euro cada."*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

### Assim, proponho:

1. Deliberar, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 22.º e 22.º-A, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com a alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas nas suas atuais redações, e de conformidade com o artigo 5.º dos Estatutos da Sociedade, sobre a proposta remetida pela Câmara Municipal e apresentada pelo Conselho de Administração da empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A. para aumento do capital social da empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A., dos atuais € 17.157.598,00 para € 17.751.598,00, com a criação de 594.000 (quinhentas e noventa e quatro mil) novas ações nominativas, com igual valor de um euro cada, a realizar na proporção das atuais participações dos Municípios, cabendo ao Município do Crato uma subscrição no montante de € 48.551,00, equivalente a 48.551 ações, com manutenção da percentagem de 8,1735% no capital social da empresa, e consequente alteração aos Estatutos de forma a preverem a atualização do capital social.
2. Após aprovação pelo órgão deliberativo, submeter este aumento de capital à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, se aplicável.

**Não se registando pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, colocou o Aumento do Capital Social e Alteração dos Estatutos da Empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M, S.A., à votação o qual foi aprovada por maioria, a saber:**

- a) **11 (onze) votos a favor**, a saber:
  - **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
  - b) **4 (quatro) abstenções**, a saber:
    - **4 (quatro) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires,
  - c) **4 (quatro) votos contra**, a saber:
    - **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
3. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contrato de Leasing – Aquisição de Quatro Veículos Elétricos – Autorização Prévia Para Assunção de Compromissos Plurianuais**

### Considerandos:

1. A deliberação n. 42 da minuta da ata n. 4/2021, de 17 de fevereiro da Câmara Municipal, consubstanciada na pretensão do Município iniciar o procedimento de contratação mencionada em epigrafe;
2. O disposto no artigo 22.º, do Decreto-lei nº 197/99, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia municipal, salvo quando:
  - a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
  - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



3. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;
4. O Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em que no seu artigo 12.º, prevê a possibilidade da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poder ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, exceto os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa;
5. A Assembleia Municipal do Crato na sua sessão de 22 dezembro de 2020, emitiu autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, durante o ano de 2021, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, bem como para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal que abranja os encargos não previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e que não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;
6. Apesar da estimativa de compromisso a assumir, relativamente ao procedimento em questão, não ascender a 99 759,58 euros, prevê-se que a vigência dos contratos ultrapasse, três anos, ou seja, o horizonte temporal das Grandes Opções do Plano em vigor, pelo que não se pode recorrer a autorização prévia genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 22 de dezembro de 2020, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para autorização deste Órgão.
7. Nos termos previstos na alínea c), n.º 1, artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 fevereiro, na sua atual redação, que seja remetida à Assembleia Municipal para a autorização, a assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos:

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA

**CRATO**  
Município

Candidaturas Fundo Ambiental					
Viatura	Serviço	Valor Viaturas Estimados	Renda mensal estimado	Comparticipação mensal do fundo ambiental	Prazo Leasing
Esago	RSU	35 055,00 €	734,09 €	250,00 €	2025
Renault Zoe	Saúde	29 456,00 €	550,61 €	250,00 €	2026
Renault Kangoo ZE	diversos	30 217,00 €	605,53 €	250,00 €	2025
Renault Kangoo ZE - 5	diversos	32 194,00 €	648,79 €	250,00 €	2025
VALOR INVESTIMENTO		126 922,0 €	2 539,02 €	1 000,00 €	

**Assim, proponho:**

Deliberar sobre a autorização da assunção de compromissos plurianuais, para contratação de leasing, para aquisição de quatro veículos elétricos nos termos da presente proposta anexa e parte integrante.

**Voltando a não se registarem pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, colocou o Contrato de Leasing – Aquisição de Quatro Veículos Elétricos – Autorização Prévia Para Assunção de Compromissos Plurianuais, à votação o qual foi aprovada por unanimidade.**

4. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de Designação do Fiscal Único da Empresa Intermunicipal Águas do Norte Alentejano, EIM, SA, nos termos da Lei 50/2012, 31 de agosto**

**Considerando:**

1. A deliberação n.º 52 da minuta da ata n.º 5/2021, de 22 de fevereiro da Câmara Municipal, consubstanciada na reunião do Conselho de Administração da Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A. de 11 de fevereiro de 2021 onde foi deliberado, por unanimidade, na sequência de procedimento de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2021, DE 26 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Consulta Prévia que tinha por objeto a Aquisição de Prestação de Serviços de Fiscal Único, propor adjudicar à empresa Martins Pereira, João Careca, & Associados, SROC, Lda., nos termos do convite, caderno de encargos e da sua proposta, no montante de € 13.650,00 (treze mil, seiscentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos que constam do Relatório Final, estando previsto no n.º 3, do artigo 26.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, na sua atual redação, que o Fiscal Único deve ser designado de forma unânime pelas Assembleias Municipais dos municípios detentores do capital social.

### Assim, proponho:

Deliberar, nos termos conjugados da alínea n), n.º 1, artigo 25º, do anexo I a Lei 75/2013, 12 setembro, com o n.º 3, artigo 26º, da Lei n.º 50/2021, 31 de agosto, ambas na sua atual redação, e em conformidade com o n.º 1, artigo 19.º dos Estatutos da Empresa Intermunicipal, sobre a proposta remetida pela Câmara, a designação de Martins Pereira, João Careca, e Associados, SROC, Lda., como Fiscal Único da Empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M., SA..

**Não se registram pedidos de intervenção ou esclarecimento. Neste sentido, a Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, colocou a Designação do Fiscal Único da Empresa Intermunicipal Águas do Norte Alentejano, EIM, SA, nos termos da Lei 50/2012, 31 de agosto, à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:**

a) **9 (nove) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.





b) **10** (dez) **abstenções**, a saber:

- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco Sampaio Soares, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

### **PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO**

Não se registaram pedidos de esclarecimentos da parte dos cidadãos nos termos do Edital da referida reunião.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte horas e doze minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira**, que a elaborei e subscrevi.

*Sandra Maria Sias Cardoso*  
*Cristina Isabel dos Santos Pereira*